



## A INAPLICABILIDADE DO CONCEITO DE POPULISMO PÓS 1954

Cleusa Teresinha Azambuja da Silva  
Cristina Didonet Nery Cunha Mello  
Laura Regina do Canto Leal  
Maurinto Reis dos Santos<sup>1</sup>

### Resumo

O propósito deste artigo consiste em fazer uma análise do conceito de populismo procurando identificar as variantes que existiram a partir do posicionamento das classes sociais: burguesia, trabalhadores e Estado. Antes e após a morte de Getúlio Vargas, estendendo-se até o Golpe Militar de 1964.

**Palavras-chaves:** Internacionalização. Nacionalismo Econômico. Populismo.

### Introdução

Na extensa bibliografia sobre o fenômeno do populismo brasileiro, conceito defendido por Francisco Weffort, ou pacto trabalhista, segundo Ângela de Castro Gomes, a quase totalidade dos autores levam em consideração o período da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em outubro de 1930, até o Golpe Militar em 1964, deposição de João Goulart, passando, portanto, por todo o Governo Vargas em suas duas fases, 1930 a 1945 e 1950 a 1954; pelo governo Dutra (1946 a 1950), pelo governo Juscelino Kubitschek (1956 a 1960), pelo rápido mandato de Jânio Quadros (1960/61) e, por fim, pelo conflituoso governo de João Goulart, abortado pelo Golpe Militar em 1964.

É evidente que em cada governo, e mesmo dentro de cada mandato, existem especificidades e características que nos remetem ao modelo populista. No entanto, a proposta desse artigo é mostrar as diferenças históricas dos períodos de 1930 a 1954 e do período histórico pós 1954.

Buscaremos argumentos para justificar as condições econômicas, políticas e sociais depois do suicídio de Getúlio Vargas, ou seja, a partir do governo JK<sup>2</sup>, procurando mostrar que não apresentavam uma situação histórica que permitisse a continuidade do modelo populista, entrando esse em colapso, ou em sua crise derradeira.

Para o desenvolvimento deste artigo, o dividimos em quatro etapas: primeiramente o conceito de Populismo, particularizando as características e as condições históricas

<sup>1</sup> Especialistas em História do Brasil Contemporâneo pela Faculdade Porto Alegre – FAPA.

<sup>2</sup> A partir deste momento as referências ao nome de Juscelino Kubitschek usaremos a sigla JK.

(econômicas e políticas) para o seu surgimento; num segundo momento, a construção do modelo populista no Brasil; no terceiro, a participação das classes envolvidas nesse processo; e, por fim, e última etapa a internacionalização da economia brasileira, o abandono do pacto nacionalista e posicionamento do Estado e das classes sociais brasileiras no final da década de 50.

## 1 Conceito de Populismo e Condições Históricas

Para melhor conceituar o que é populismo, utilizaremos os fragmentos de dois pensadores, Francisco Weffort e Armando Boito Junior.

Para Francisco Weffort, o “populismo é um estilo manifestante individualista” (1965, p.182 apud BANDEIRA, 1978, p.27), onde o líder é carismático, não tem a pretensão de reformar e sim manter seu *status quo*, surgindo nos momentos das lutas de classe, procurando compartilhar as necessidades das massas e manter sua liderança. Apresenta também:

O populismo, como estilo de Governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930 (WEFFORT, 1986. p 61).

Weffort aponta a relação estreita existente entre o Estado e as massas populares, através da imagem carismática de seu líder. O governo tira proveito da falta de organização e de consciência da classe trabalhadora, que estava em processo intenso de urbanização.

A relação da burguesia e com Estado Populista é constatada no texto de Armando Boito Junior:

O conflito entre os interesses da burguesia comercial e os interesses da indústria – as duas principais frações presentes no bloco no poder – manifestava-se na luta pela definição de todos os itens da política econômica do governo – política de comércio exterior, política creditícia, política tributária etc. Contudo, esse conflito concentra-se na questão da política de comércio exterior. Para fazer avançar a industrialização, era vital transformar o comércio exterior de maneira que o fornecimento de máquinas e de equipamentos para o desenvolvimento industrial do país passasse a ser uma de suas principais funções. Com isso, de um lado, a burguesia industrial brasileira colocava à sua disposição máquinas e equipamentos muito mais modernos do que aqueles que se poderia produzir no Brasil. Isso lhe permitia elevar consideravelmente a exploração do trabalho e a taxa de lucro. De outro lado, a manutenção da importação de grande parte das máquinas e dos equipamentos funcionava às custas da atrofiação da indústria brasileira de bens de capital, como um expediente para neutralizar a oposição de alguns setores do capital imperialista à industrialização do país. Ora, essa necessária transformação do comércio exterior obrigava a política de industrialização a golpear interesses vitais da burguesia comercial e das empresas imperialistas. Daí, o fato de tanto os industriais quanto o grande comércio exportador e importador conferirem absoluta prioridade à luta pela definição dos rumos que deveria tomar a política de comércio exterior do governo (BOITO, 1982, p.40-41).

Boito Junior mostra a divisão dentro da classe burguesa, possibilitando o entendimento da adesão da jovem e desestruturada burguesia brasileira ao projeto nacionalista. Utilizando o Estado varguista e ao mesmo tempo sendo utilizado por ele. O modelo populista dará a este setor da sociedade – burguesia emergente – condições de infraestrutura (energia, matéria prima, etc.) para o seu desenvolvimento futuro.

Em síntese, podemos dizer que populismo é a arte de administrar acima das classes sociais, sob a liderança de um líder carismático, com um discurso nacionalista acima dos interesses classistas, utilizando-se de forte manipulação sobre os trabalhadores e ao mesmo tempo mantendo uma relação estreita com a classe burguesa. Através dos conceitos aplicados por Weffort e Boito, procuraremos analisar a aplicabilidade do conceito de populismo nos anos 30, 40 e início dos anos 50.

## 2 Construção do modelo populista no Brasil

O mundo do liberalismo econômico entra em uma crise de superprodução, obviamente atrelado a incapacidade de consumo, levando os Estados Unidos a grande depressão de 1929, que se expandiu por todo o mundo industrializado, permitindo assim que o Brasil entrasse em processo de modernização acelerado, deixando de ser um país exclusivamente rural e agroexportador para entrar em uma nova etapa: urbano industrial.

A economia de países periféricos, como o Brasil, neste período, não encontrava mercado para exportar os produtos do setor primário da economia, gerando assim, a crise no setor agropecuário. A falta de ganhos e a perspectiva de trabalho rural levaram as categorias rurais envolvidas no processo econômico, a migrarem de forma acelerada para novas alternativas, obviamente “tuteladas” pelo governo de Getúlio Vargas.

### Vejamos os quadros abaixo:

Distribuição da População Brasileira (Rural/Urbana)

Ano	População Absoluta	População Rural	População Urbana
1930	35 milhões	70%	30%
1970	94 milhões	45%	55%
1991	147 milhões	24%	76%
2000	169,7 milhões	19%	81%

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil - 2000

### Distribuição Populacional por setores de atividade econômica

	1930	1950	1960	1970	1986	1990	2000
<b>Setor Primário*</b>	69%	60,7%	54%	44,2%	29%	22,8%	21,2%
<b>Setor Secundário*</b>	9,5%	13,1%	12,7%	17,8%	25%	22,7%	18,9%
<b>Setor Terciário*</b>	21,5%	26,2%	33%	38%	46%	57,52%	59,9%

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 2000

\*1 Setor Primário: Agricultura, Pecuária, Extrativismo.

\*2 Setor Secundário: Indústria.

\*3 Setor Terciário: Comércio, Financeiro, Prestação de Serviços.

Os dados apresentados pelo IBGE mostram que houve uma rápida e significativa migração do campo para a cidade, acompanhada de modificações nas atividades dessa população, abandonam o setor da agropecuária e ingressam no setor industrial e de serviços.

Nessa transição do espaço rural para o espaço urbano, observamos a inserção dos principais grupos sócio-econômicos desse período da História, como os trabalhadores, aristocracia rural, burguesia emergente e o Estado.

### 3 Participação das classes sociais

No século XIX e início do século XX, a aristocracia rural dominava o país com a produção e exportação do café, que era o mais importante produto do brasileiro semicolonial. Somente a partir de 1930 esta situação começou a se modificar, a sociedade brasileira entrava em transformação, atingindo não só o plano econômico, mas também político, social e cultural, com a crise da exportação do café.

#### 3.1 Aristocracia Rural

Com a crise econômica, da exportação do café, surge também a crise da hegemonia política da oligarquia dos senhores de terra que perdem o poder entram em decadência e passam a lutar contra a ascensão de novas classes de forma mais consciente. Como nos o economista apresenta Bresser:

O agriculturalismo afirmava que o Brasil era e, se não indefinidamente, por muito tempo deveria a continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não havia condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre uma indústria artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o governo. E, além disso, não haveria nenhuma vantagem para o país em industrializar-se. Nada impedia que a

produtividade da agricultura fosse tão grande ou maior do que a da indústria. Seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 100-101).

Com a derrota na Revolução de 1930, a elite agrária até então dominante perde parte de seu poder, um seguimento adere ao projeto de nacionalização e outro rumo para a oposição.

### **3.2 Trabalhadores**

Na troca da “enxada” pela “máquina”, ou melhor, da paisagem rural para a paisagem da cidade, esse trabalhador abandonou as relações paternalistas, assistencialistas e personalistas estabelecidas até então, e rapidamente se viu atomizado nas cidades emergentes. O seu nome virando número de cartão ponto, o conhecimento do trabalho na lavoura transformava-se nesse momento, no medo do desconhecido.

A transição do rural para o urbano, nesse fragmento da história do Brasil, levou essa massa de trabalhadores que se urbanizava ao encontro de um líder que muito lembrava o seu patrão e a aquelas relações “estreitas” e “próximas” que como trabalhador rural estava culturalmente habituado.

[...] por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937/45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós guerra, 1945/64. (WEFFORT, 1986, p. 61).

Portanto, dentro dessa reestruturação da economia/política brasileira, em que as classes sociais não estão definitivamente estruturadas, camponês foge de campo para a cidade, a falta de trabalho no meio rural (êxodo rural) enfrenta um contexto de “operalização”, migrando como “massa” trabalhadora para a parceria com o Estado populista, mesmo que esse Estado possua traços autoritários, como ilustrou Weffort.

### **3.3 Burguesia Emergente**

Com uma infraestrutura industrial deficitária ou quase inexistente e com um poder de investimento limitado, essa classe social “abraça” o projeto nacionalista proposto por Getúlio Vargas e incorpora-se ao projeto de populismo dos anos 30, 40 e 50.

Paralelo a essa incapacidade de investimento aliado a necessidade de ocupar um espaço no mundo da produção industrial, observa-se uma divisão no seio da classe burguesa, de um lado o setor comercial que depende das importações e exportações e por outro lado a burguesia industrial que precisa se firmar como classe social. Não há unidade dentro desse fragmento da classe dominante.

A burguesia, recém inserida dentro de um contexto de liberalismo econômico/modernização e industrialização, pelas suas debilidades internas e de infraestrutura, alia-se a esse Estado gestor e tutor de suas aspirações. Segundo Weffort em seu texto:

[...] Foi também uma das manifestações dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se às oligarquias nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, nas etapas de um desenvolvimento capitalista nacional [...] (WEFFORT, 1986, p. 61).

Nas duas primeiras décadas após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a burguesia brasileira soma-se ao projeto de desenvolvimento autônomo brasileiro, substituído gradativamente a elite agrária.

### 3.4 Estado

Sobre essas debilidades estruturais descritas até aqui, afirma-se a figura de Getúlio Vargas, com suas idiossincrasias, que vai canalizar as aspirações dos trabalhadores urbanos emergentes, (CLT) – “Pai dos Pobres” – paternalismo. Concomitantemente, pode-se ver interesse da burguesia em ocupar a vaga de classe dirigente e hegemônica na política brasileira. Utilizando-se do Estado e ao mesmo tempo sendo utilizado por ele, empresas estatais passaram a subsidiar esse desenvolvimento (CSN, com a Vale do Rio Doce, Petrobras, etc.).

Baseado em seu carisma, Vargas consegue abrigar sob as asas do Estado populista, propostas tão antagônicas, mas que se diluem nas fraquezas e debilidades das classes envolvidas, como nos coloca Weffort:

[...] Esse equilíbrio instável entre os grupos dominantes e, basicamente, essa incapacidade de qualquer deles de assumir, como expressão do conjunto da classe dominante, o controle das funções políticas, constitui um dos traços marcantes da política brasileira [...]. [...] convém destacar, como componente que virão a ser fundamentais no populismo, a *personalização do poder*, a *imagem* (meio real e meio mística) *da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*. Nessa nova estrutura o chefe de Estado assume a posição de árbitro e está aí uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro sua pessoa tendera a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam. Contudo uma situação desse tipo não poderia ser durável e a manifesta instabilidade dos primeiros anos do novo regime denunciava claramente a precariedade desse equilíbrio entre interesses diferentes e algumas vezes contrários. A ditadura foi uma solução para a consolidação do poder pessoal de Vargas e para a instauração do Estado como soberano perante as forças sociais em presença. A alternativa à ditadura consistiria no ensaio de ampliação das bases sociais do poder (WEFFORT, 1986, p. 69).

A classe burguesa até então frágil, não havia assumido o poder, aceita caminhar ao lado do Estado populista, apoiando-se nele para poder substituir a antiga elite “café-com-leite”.

#### **4 Internacionalização da Economia Brasileira, o abandono do pacto nacionalista e o posicionamento do Estado e das Classes Sociais**

Com a recuperação do capitalismo internacional, na segunda metade da década de 50, o pseudoequilíbrio entre as classes sociais deixa de existir com a recuperação do capitalismo internacional. No Brasil, sob a liderança de JK.

O discurso nacionalista, ignorando a luta de classes, deixa de fazer sentido, quando essas classes identificam-se como tal, ou seja, passam a lutar quase que exclusivamente pelos interesses da classe a que pertencem.

Vejamos as alterações e inserções na política e na economia brasileira, pós 1954, de cada protagonista de nossa história: burguesia, trabalhadores e Estado.

##### **4.1 Participação Burguesa**

Dos atores envolvidos no período populista brasileiro, o menos resenhado na literatura a respeito, é a classe burguesa. Como foi visto neste mesmo artigo, o Estado representado na figura de Getúlio Vargas e a “classe” trabalhadora parecem ser os principais sustentáculos desse modelo político. No entanto, a relação de troca estabelecida por uma burguesia dividida e em termos de infra-estrutura econômica, ainda débil, faz a jovem classe burguesa brasileira apostar no nacionalismo/substituição de importações e tornar-se fundamental para a transição entre uma sociedade rural/agrária para a sociedade urbano/industrial e atrelada ao capital internacional a partir de JK até início dos anos 50.

A mudança de projeto por parte da burguesia brasileira passa a ganhar sustentação com a recuperação das economias européias, norte-americana e japonesa. As multinacionais passam a buscar parceiros nas economias periféricas e emergentes do chamado Terceiro Mundo.

A burguesia nacional, em 1954, já unida e se identificando como classe social, atrela-se ao capital internacional, abandonando o projeto nacionalista desenvolvido na era Vargas.

O nacionalismo passava a ser aquilo que acontecia no Brasil. Se isso tivesse como sujeito o capital transnacional não importava, o Brasil era o que acontecia aqui. O nacional era o interno, independente do sócio que estava aqui dentro. Se era interno, era nacional. E assim, com JK, o capital transnacional se fez nação e o seu desenvolvimento passou a ser a expressão do nacionalismo. Embebido nesse caldo ideológico, o governo JK vai abandonar o projeto de desenvolvimento endógeno, autônomo e auto-sustentado, e dar a grande guinada rumo à integração da economia brasileira ao capital internacional – orientação essa que seria aprofundada, posteriormente, durante o regime autoritário militar (SINGER, 1984, p.20).

A proximidade e verdadeiro atrelamento da agora constituída e auto-reconhecida burguesia brasileira com o capitalismo internacional, expressa no texto de Paul Singer, nos dá a idéia da escassa capacidade de sustentação do modelo populista. A classe burguesa abandona definitivamente nosso desenvolvimento autônomo e passa a cuidar de seus interesses.

Interessante observar que dentro da conceituação de não povo, entravam à idéia de classe e o próprio capital internacional, que a partir de JK passavam a fazer parte do projeto de desenvolvimento brasileiro.

Observamos aqui a inaplicabilidade, mais uma vez, de uma das características do conceito de populismo.

Se a ideia de classe passa a ser a tônica da política brasileira no final da era Vargas (50 a 54) e a partir de JK, os enfrentamentos entre elas serão cada vez mais frequentes, como ilustra Weffort:

Não obstante as similitudes com o período anterior, essa é a etapa em que se faz mais claro o enfrentamento das forças sociais dentro do grande compromisso que serve de sustentação ao Estado, e é também a etapa em que esse compromisso entra em crise. Os golpes de Estado se apresentam desde os primeiros anos de democracia como um recurso ao qual a direita ameaça recorrer para reparar sua perda de importância eleitoral e para neutralizar os mecanismos institucionais que abrem passo à pressão popular. A oposição da direita à posse de Vargas em 1950, a crise de 1954 que termina com seu suicídio, as dificuldades opostas à posse de Juscelino Kubitschek em 1955, a renúncia de Quadros em 1961, a oposição civil-militar à posse de Goulart como sucessor de Quadros – são alguns dos episódios característicos de uma instabilidade política que pareceria indicar o esgotamento do quadro político surgido em 1930 (WEFFORT, 1986, p.76).

O quadro político apresentado mostra a inaplicabilidade do modelo populista pós 1954, o qual, já não responde mais aos anseios da sociedade brasileira deste período.

#### **4.2 Participação dos trabalhadores**

O populismo de Vargas conseguiu manipular o povo. Ao invés de uma classe trabalhadora madura, acreditando nela mesma como a única capaz de libertá-la, transformou-a numa classe trabalhadora “infantil”, com medo de lutar, acreditando fielmente que o grande líder, o pai dos pobres, doaria os direitos. “Infeliz do país que precisa de heróis”, já dizia o dramaturgo alemão Bertolt Brecht<sup>3</sup>.

Conforme Weffort, “o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta”. A explicação estaria sustentada na falta de conscientização política das massas e na medida em que estas tomavam conhecimento

---

<sup>3</sup> BRECHT, Bertolt. "Life of Galileo" (Vida de Galileu). 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1991. Cena 12, p. 115



acabavam exigindo não só direitos sociais, mas também políticos. Com isto, a manipulação estaria perdendo sua força.

A população rural da década de 30, oriunda da vida do campo para os centros urbanos como mão-de-obra na indústria incipiente, facilmente percebeu o líder populista, pois já estava acostumada com a oligarquia rural. Enquanto a população das décadas de 50 e 60 já não tem o mesmo histórico, vide as freqüentes greves de trabalhadores, a mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas de estrutura, em particular a reforma agrária e as ligas camponesas de Francisco Julião, demonstravam mobilização no campo. Portanto, o movimento das massas acenava para uma nova etapa.

Conforme Weffort, mesmo na fase final do período democrático, o quadro político geral continuava a ser o do populismo. Do ponto de vista de uma política de desenvolvimento industrial nacional, como do ponto de vista do processo de democratização social e política, as reformas de estrutura apresentam-se como essenciais. Contudo, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de oferecer suportes indispensáveis a uma política de reforma, mesmo que se possa admitir que alguns deles pudessem retirar proveito dela.

Desta forma que as massas populares passam a pressionar mais, mesmo sendo à base da política populista, sozinhas não conseguiam dar sustentabilidade ao Estado, era necessária uma transação com os grupos dominantes.

No período da era Vargas havia preocupação com um programa de desenvolvimento econômico nacional, sem deixar de considerar os sistemas econômicos e políticos mundiais.

A Crise que levou Vargas ao suicídio está ligada ao desenrolar da política de massas e ao programa de industrialização. Conforme escreve Octavio Ianni, em “O colapso do Populismo no Brasil”:

O confronto entre os vários projetos de desenvolvimento econômico e de organização do poder torna-se crucial. Em 1954, é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente. É a época em que se impunha o aprofundamento das rupturas com os setores externos e com a sociedade tradicional, se se desejava entrar em novo estágio de aplicação do modelo getuliano (IANNI, 1998, p.63).

Durante o governo de João Goulart, o Estado partiu para as Reformas de Base – Plano Trienal de Desenvolvimento –, numa mesma iniciativa, aproximando-se das massas, provocando assim a crise no regime populista e abrindo espaço para a ditadura militar.

Entretanto, os desenvolvimentos da política de massa não foram pacíficos. Ao contrário, as “concessões” consubstanciadas na legislação trabalhista, industrial e rural, por exemplo, eram resultados de reivindicações reais, conseqüentemente de tensões e conflitos repetidos e acumulados na experiência coletiva. À medida que se desenvolve e diversifica a economia nacional (em especial com a industrialização) multiplicam-se as greves.

A freqüência das greves indica o esforço do proletariado e dos assalariados em geral na defesa do poder aquisitivo do salário. Desta forma, portanto, percebe-se a participação das massas no cenário político apesar das reivindicações estarem centradas na maioria das vezes, na questão econômica e não relacionadas a razões políticas.

Mesmo greves de cunho político como a greve geral de 5 de julho de 1962, não estavam isentas de objetivos econômicos imediatos e explícitos. O exemplo desta greve ser mobilizada por cúpulas sindicais demonstra a participação efetiva das massas para a tomada de decisões governamentais.

Conforme o economista Carlos Bresser Pereira, em “Interpretações sobre o Brasil”<sup>4</sup>, os trabalhadores urbanos estão presentes na composição da sociedade, juntamente com as classes médias técnicas e a burguesia industrial nacional se opondo ao bloco da oligarquia agrário-mercantil aliada ao imperialismo.

#### **4.3 Participação do Estado**

O Estado brasileiro, a partir do governo JK, abandona a sua pseudo isenção e passa a atuar numa sociedade que apresenta interesses explícitos de classes.

No campo social os movimentos populares fugiam ao controle do Estado. De 1951 a 1953 ocorreram às passeatas da panela vazia. Cerca de 500 mil pessoas compareceram a essas passeatas em São Paulo, com participação em sua organização das comissões de salário dos sindicatos paulistas. Neste mesmo ano as lideranças do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB) organizaram em São Paulo um movimento grevista contrário à contenção governamental e a carestia. Cerca de 300 mil manifestantes reivindicavam aumento salarial e controle da inflação. A greve reuniu operários de diferentes categorias. Na realidade os movimentos de 51 a 53 serviram como mobilizadores para a greve dos 300 mil. Neste mesmo ano o governo decreta a lei que previa punições para aqueles que cometessem crimes contra o Estado, o que incluía a organização de comícios, greves e manifestações sem a autorização da polícia.

Note-se que havia uma reação do governo populista de Vargas no sentido de barrar o avanço popular, uma vez que os movimentos sociais estavam cada vez mais organizados. Uma forma encontrada para deter este avanço era a política de concessões. Assim, em 1953 Vargas nomeia João Goulart para o cargo de Ministro do Trabalho e Osvaldo Aranha para o de Ministro da Fazenda. Em 1954 Jango promove o aumento do salário mínimo em 100%. Na realidade, esta medida visava aprofundar e ampliar a subordinação das massas ao populismo. Radicalizando a política populista através de concessões e discurso

---

<sup>4</sup> Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In Maria Rita Loureiro (org). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997 p. 17-69.

nacionalista, o governo Vargas buscava sufocar os movimentos dos trabalhadores mantendo-os atrelados a política de Estado e impedindo o caminho da revolução.

De outro lado, e mais significativo para esta análise, à interpretação é a de que se exauriram as condições históricas que permitiam o funcionamento da manipulação populista – da incorporação tutelada das massas –, chegando-se ao momento em que estas ganhavam autonomia, transformando-se finalmente em sujeitos políticos. Ou seja, a dependência originária estava sendo rompida, e o anacronismo vencido, o que teoricamente apontaria para uma situação favorável ao desenvolvimento de uma democracia não mais limitada, de uma democracia não mais populista (CASTRO, 2001, p. 36-37)

Este movimento estatal também buscava impedir a ofensiva restauradora da burguesia após a greve dos 300 mil. Neste ponto a que chegou a organização popular e de classes no Brasil, manter-se imóvel seria extremamente perigoso, com o risco de perder o controle político da situação e das classes populares. Por outro lado, o Estado Vargas também não poderia botar a perder seu grande corolário de Estado protetor, por isso não era conveniente apertar demais o cinto da repressão.

## **Conclusão**

O conceito de populismo, nos moldes clássicos, conforme ocorreu no governo de Getúlio Vargas, não se enquadra nos governos pós 1954. A crise que iniciou em 1961, não foi apenas uma crise de governo, mas sim de regime. As instituições governamentais encontravam-se frágeis, vinham sendo mantidas graças as combinações, que o acordo governamental vigente permitia.

A legitimidade da chamada “democracia populista” estava entrando em colapso. O que garantia este sistema eram as concessões parciais do setor dominante as classes desfavorecidas e a relativa capacidade do Estado de atender as necessidades empresariais, muitas vezes conflitantes.

Do ponto de vista da história política, o nacionalismo conseguiu adiar o fim do sistema democrático, através do pacto populista. O jogo político e partidário, essencial para a existência do populismo, começa a se esgotar e quando o regime passa a não atender as demandas da sociedade, as frágeis instituições são arruinadas pelo golpe de 1964.

Portanto, a situação política, social e econômica do Brasil pós 1954, diferia muito das décadas de 1930 e 1940. A classe trabalhadora já não aceitava pequenas migalhas e o pacto populista precisou se adequar as novas realidades, até tombar e ceder lugar no poder as mais retrógradas forças da reação.

## Referências

- BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BOITO JR, Armando. O golpe de 1954 a burguesia contra o populismo. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRECHT, Bertolt. Vida de Galileu. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: História. Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Interpretações sobre o Brasil. In Maria Rita Loureiro, org. (1997) 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um conceito. In: O populismo e sua História debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IANNI, Octavio. O Colapso do populismo no Brasil. 4ªed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1998.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1984.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. O populismo na Política Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.